

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Suelen Souza Gonçalves

A Educação Financeira Frente ao Consumo e Endividamento Das Famílias Brasileiras

Florianópolis

2022

Suelen Souza Gonçalves

A Educação Financeira Frente ao Consumo e Endividamento Das Famílias Brasileiras

Trabalho Conclusão do Curso de Graduação em Ciências Econômicas do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Economia
Orientador: Profa. Dra Carmen Gelinski

Florianópolis

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

GONCALVES, SUELEN
A EDUCAÇÃO FINANCEIRA PRENTE AO CONSUMO E ENDIVIDAMENTO
DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS / SUELEN GONCALVES ; orientador,
CARMEN GELINSKI, 2022.
44 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio
Econômico, Graduação em Ciências Econômicas, Florianópolis,
2022.

Inclui referências.

1. Ciências Econômicas. I. GELINSKI, CARMEN. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em
Ciências Econômicas. III. Título.

Suelen Souza Gonçalves

A Educação Financeira Frente ao Consumo e Endividamento Das Famílias Brasileiras

Florianópolis, 04 de março de 2022.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso foi avaliado e aprovado pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Profa. Dra. Carmen Gelinski
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Roberto Meurer
Universidade Federal de Santa Catarina

Profa. Dra. Patrícia Fonseca Ferreira Arienti
Universidade Federal de Santa Catarina

Certifico que esta é a **versão original e final** do Trabalho de Conclusão de Curso que foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Economia por mim e pelos demais membros da banca examinadora.

Profa. Dra. Carmen Gelinski
Orientadora

Florianópolis, 2022

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, que fez com que meus objetivos fossem alcançados ao longo da minha trajetória. Também agradeço à minha família, que sempre incentivou nos momentos difíceis e compreendeu a minha ausência enquanto eu me dedicava na elaboração desse trabalho. E também sou grata à professora Carmen, por ter aceitado me orientar nesse trabalho e a qual conduziu tal função com paciência, dedicação e muita compreensão.

RESUMO

Embora as finanças sejam um aspecto central da vida, parte da população brasileira ainda desconhece o assunto e compromete as economias domésticas em compras desnecessárias que levam ao endividamento. Isso é potencializado pela excessiva oferta de crédito e pela ausência de técnicas de gestão financeira aplicadas ao lar. Em 2021, 69,7% das famílias brasileiras relataram estar endividadas, e 26,7%, inadimplentes. O cartão de crédito, desde 2010, é a maior causa de endividamento familiar, sendo, em 2021, responsável por 81,8% do total de famílias endividadas. Essa pesquisa surge nesse debate sobre consumo, endividamento e gestão financeira, expondo uma alternativa capaz de propor modos de amenizar os impactos do endividamento familiar, por meio da prática da educação financeira, descrevendo sua relevância e apontando os seus benefícios. Para isso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, descritiva e qualitativa, a qual coletou e analisou dados do Banco Central do Brasil (Bacen), da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), do SPC e do SERASA, além de artigos publicados sobre essas temáticas em bases de dados nacionais, como SciELO e Google Acadêmico. As análises também envolvem variáveis de consumo, endividamento, renda, crédito, economia doméstica e finanças, apoiando-se nos relatórios das entidades já citadas e em análises anteriores realizadas em estudos empíricos e estatísticos da área. São apresentadas as bases e históricos de algumas teorias sobre os temas e versado sobre a economia doméstica, com dados e referências sobre a influência de variáveis como as emoções, a política e a mídia influenciam no consumo e endividamento da população. Os resultados apresentam uma análise do endividamento e salientam dados referentes ao consumo e endividamento nos últimos anos, abordando temáticas como a inadimplência, o sobre-endividamento, as diferentes formas de consumo e os principais fatores relacionados ao endividamento, além da relação existente entre crédito e endividamento. Frente a isso, a educação financeira é apresentada como alternativa para os problemas de endividamento familiar que foram apresentados como preponderantes no contexto nacional. Demonstra-se que a educação financeira impacta as muitas áreas da vida individual e familiar. Mas também foi possível verificar que grande parte das pessoas ainda desconhece as ferramentas básicas de auxílio da administração financeira e de economia doméstica.

Palavras-chave: Consumo. Endividamento. Educação financeira.

ABSTRACT

Although finances are a central aspect of life, part of the Brazilian population is still unaware of the subject and commits household savings to unnecessary purchases that lead to indebtedness. This is enhanced by the excessive supply of credit and the absence of financial management techniques applied to the home. In 2021, 69.7% of Brazilian families reported being in debt, and 26.7%, in default. The credit card, since 2010, is the biggest cause of family indebtedness, being, in 2021, responsible for 81.8% of the total indebted families. This research arises in this debate on consumption, indebtedness and financial management, exposing an alternative capable of proposing ways to mitigate the impacts of family indebtedness, through the practice of financial education, describing its relevance and pointing out its benefits. For this, a bibliographical, descriptive and qualitative research was carried out, which collected and analyzed data from the Central Bank of Brazil, the National Confederation of Trade in Goods, Services and Tourism, the SPC and SERASA, in addition to published articles on these themes. in national databases, such as SciELO and Google Scholar. The analyzes also involve variables of consumption, indebtedness, income, credit, domestic economy and finance, based on the reports of the aforementioned entities and on previous analyzes carried out in empirical and statistical studies in the area. The bases and history of some theories on the themes and versed on the domestic economy are presented, with data and references on the influence of variables such as emotions, politics and the media influence the consumption and indebtedness of the population. The results present an analysis of indebtedness and highlight data regarding consumption and indebtedness in recent years, addressing issues such as default, over-indebtedness, different forms of consumption and the main factors related to indebtedness, in addition to the existing relationship between credit and indebtedness. In this sense, financial education is presented as an alternative to the problems of family indebtedness that were presented as preponderant in the national context. Financial education has been shown to impact many areas of individual and family life. It was also possible to verify that most people are still unaware of the basic tools to help financial management and home economics.

Keywords: Consumption. Indebtedness Financial education

LISTA DE FIGURAS

Gráfico 1: Famílias endividadadas (Brasil: ano – porcentagem – mês/ano).....	20
Gráfico 2: Não terão Condições de Pagar (Brasil: porcentagem de endividamento – mês/ano)	21
Quadro 1: Principais Indicadores (Ano – Principais indicadores, de acordo com renda)	21
Quadro 2: Tipo de Dívidas (Ano - Principais tipos de dívidas).....	22
Gráfico 3: Endividamento por Financiamento de Bens (período 2015-2020; porcentagem de endividamento por meio de financiamento de bens).....	25

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
1.1	OBJETIVOS.....	11
1.2	METODOLOGIA	12
2	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	14
2.1	TEORIA ECONÔMICA: DA MACROECONOMIA PARA A ECONOMIA DOMÉSTICA.....	14
2.2	AS INFLUÊNCIAS COMPORTAMENTAIS.....	15
2.3	A EDUCAÇÃO FINANCEIRA.....	16
3	FATORES ECONÔMICOS ESPECÍFICOS	19
3.1	O CONSUMIDOR E O CONSUMISMO	19
3.2	ENDIVIDAMENTO	20
3.3	INADIMPLÊNCIA	21
3.4	A RELAÇÃO CRÉDITO-ENDIVIDAMENTO.....	22
3.5	AS DIFERENTES MODALIDADES DE ENDIVIDAMENTO	23
4	EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO SOLUÇÃO PARA O ENDIVIDAMENTO FAMILIAR.....	31
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
	REFERÊNCIAS	39

1 INTRODUÇÃO

A população tem à disposição um sistema financeiro cada vez mais presente em todas as áreas da vida, mas ainda falta uma educação que ensine os cidadãos a adquirirem uma relação mais saudável com o dinheiro e as economias familiares.

A temática das finanças pessoais é, atualmente, uma das mais presentes na mídia nacional, o que lhe dá um lugar de destaque na mídia e na política. Apesar disso, parte considerável dos brasileiros ainda desconhece o assunto e compromete boa parte dos seus proventos com dívidas em compras desnecessárias, pagando-as em muitas prestações e com altos juros.

Com o aumento dos incentivos para o consumo e a compra, aumenta também o endividamento das famílias. A lógica é de que as pessoas se tornam cada vez mais despreparadas para usufruir desses bens e confortos à medida que aumenta a velocidade das descobertas e implementações de novas tecnologias. Financeiramente falando, as inabilidades frente ao dinheiro e o consumo disfuncional geram consequências lesivas para as famílias e para o Estado.

O consumo, em geral, não está atrelado somente à moeda, mas a todas as espécies de troca entre seres humanos (MACÊDO, 2016). O “consumo é o conjunto de processos socioculturais nos quais se realizam a apropriação e os usos dos produtos” (CANCLINI, 1999). Se esse consumo se tornar descontrolado ocasionará o consumismo, levando a perdas do discernimento em relação ao que é necessário e o que é fútil, levando, muitas vezes, a um hábito de constantes compras supérfluas (FONSECA, 2014). Para Bittencourt (2011), o consumo é uma atividade essencial e típica das pessoas, enquanto o consumismo é uma extrapolação compulsiva do consumo, frente a desejos ilimitados, muitas vezes provocados por influências externas que direcionam seus gostos para determinados produtos, mediante o convencimento de que vale a pena contrair obrigações financeiras além da renda, pois isso proporcionará status social e bem-estar. Portanto, é importante que não haja confusão entre consumo e consumismo.

É nesse espaço de consumo desnecessário que muitas pessoas existem e afirmam a sua necessidade de demonstrar valor social e status, acabando por perder o controle sobre a tomada de decisões e o comportamento financeiro, às vezes sob o mero desejo ou pretexto de pertencer a uma classe de maior status (MACÊDO, 2016), o que dá ao consumo um caráter de expor os valores sociais e prestígios buscados culturalmente.

É possível perceber uma expansão consumista e de endividamento nos últimos anos, o que demonstra que nem sempre o fomento da economia traz benefícios nas finanças domésticas. Como o presente trabalho demonstrará posteriormente, cresce o número de casos de endividamento alavancados pelo consumo excessivo e má administração das finanças pessoais e familiares.

Segundo Marques e Frade (2003), o endividamento é o saldo devedor de um agregado, ou, ainda, a utilização de recursos de terceiros com a finalidade do consumo. Ao apoderar-se do recurso, o consumidor se compromete a devolver o montante, normalmente com acréscimo de juros. Para Ross, Westerfield e Jordan (2009), o endividamento é o somatório do passivo sem haver renda capaz de cobri-lo, enquanto a dívida é o resultado de um empréstimo em que, ao final do prazo estipulado, deve ser devolvido o principal acrescido de juros.

As situações de endividamento são preponderantes na população brasileira, inclusive pelo aumento do crédito nos últimos anos, o que levou a um aumento do consumo. Em 2010, 75% das famílias brasileiras relataram sentir dificuldades para chegar ao final do mês com dinheiro sobrando (IBGE, 2010) e em 2016 cerca de 58 milhões de brasileiros estavam inadimplentes (SERASA EXPERIAN, 2017). Em 2019 o Brasil contava com 12,8 milhões de desempregados (IBGE, 2020) e, em 2020, 66,5% das famílias estavam endividadas (CNC, 2020).

As elevadas taxas de juros, a inflação e o enfraquecimento da atividade econômica são algumas das causas macroeconômicas conhecidas do aumento da inadimplência (SERASA EXPERIAN, 2014). Para a OECD (2005), as dívidas são causadas principalmente pela falta de educação financeira, e não pela falta de renda. Nesse sentido, Lusardi e Tufano (2009) defendem que as taxas de juros e multas de cartão de crédito chegam a ser 50% maiores entre pessoas com menor conhecimento financeiro, em relação à população geral.

Esses dados alertam para a necessidade de uma maior abordagem sobre as causas do endividamento, os hábitos consumistas e a difusão da educação financeira (PEIC CNC, 2020) que, segundo Lusardi e Mitchell (2007), aumenta o número de indivíduos que poupam, o valor médio poupado e altera o modo como as pessoas se relacionam com o dinheiro.

A educação financeira trabalha novas formas de compreensão dos conceitos e produtos financeiros, por meio de informação, instrução e orientação, desenvolvendo habilidades, confiança e conscientização sobre as oportunidades e riscos envolvidos nas finanças, levando a um aperfeiçoamento dos processos de administração financeira, tomada

de decisão e inteligência emocional (OECD, 2009). Portanto, enquanto um modo como as pessoas aprendem a se relacionar com o dinheiro e a se comportar frente ao desejo, permite usar o dinheiro que sobra, pagar as dívidas ou contrair apenas aquelas que não apresentarão danos e serão pagas, manter uma reserva de emergência, consumir de modo consciente, planejar o orçamento, saber investir e adquirir patrimônio; aspectos que, se bem administrados e integrados à vida, permitirão um uso comedido do dinheiro, melhor qualidade de vida e uma boa gestão das finanças familiares (MENDES, 2015).

Isso demonstra a relevância em torno do amplo debate sobre educação financeira e alguns dos seus fatores envolvidos, como inteligência emocional, tomada de decisões e conhecimento do assunto, e que ela merece ser refletida e pesquisada, a fim de que surjam contribuições para um decorrente aperfeiçoamento da administração familiar e geração de benefícios frente ao consumo consciente.

Essa pesquisa surge nesse debate sobre consumo, endividamento e gestão financeira, expondo uma alternativa capaz de propor modos de amenizar os impactos do endividamento familiar. Tais estudos são fundamentais à medida que buscam entender as causas de fenômenos como o endividamento, mas também a correta administração dos recursos pessoais e familiares. Aqui, são levantados tópicos, tanto para pessoas com baixa renda e com problemas financeiros, quanto para pessoas que buscam enriquecer através de melhores escolhas de orçamento e investimento.

1.1 OBJETIVOS

O problema que o trabalho se propõe a responder diz respeito à falta de uma noção clara das famílias sobre os motivos que levam elas ao endividamento, à ausência de organização da administração familiar e a incapacidade em lidar com as finanças. Busca-se apresentar aspectos que demonstrem as principais causas de endividamento e também propor uma ferramenta capaz de solucionar essas causas e melhorar as finanças familiares e seu bem-estar, por meio da educação financeira. O objetivo geral é estudar sobre as possíveis causas de endividamento e trazer a educação financeira como uma alternativa de solução. E os objetivos específicos são: a) Elencar as principais causas e tipos de endividamento das famílias brasileiras; b) Identificar os benefícios do controle e planejamento financeiro, por meio da educação financeira.

1.2 METODOLOGIA

Conforme os objetivos apresentados, o procedimento adotado para a coleta de dados será uma pesquisa bibliográfica. Esse tipo de pesquisa permite uma boa organização de informações e lhes direciona para um objetivo específico (PRODANOV e FREITAS, 2013).

A pesquisa é descritiva e qualitativa, tendo em vista os seus objetivos e o tema. Esse tipo de pesquisa apresenta um método que visa registrar, analisar, classificar e interpretar as informações com o mínimo de interferência do pesquisador, resultando num conjunto coerente de dados e exatidão de análise (PRODANOV e FREITAS, 2013).

Para a coleta e análise foram utilizados dados do Banco Central do Brasil (Bacen), da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), do SPC e do SERASA. Além disso, foram coletados em materiais de referência em artigos científicos de bases de dados nacionais, como SciElo e Google Acadêmico.

As análises também envolvem variáveis de consumo, endividamento, renda, crédito, economia doméstica e finanças, apoiando-se nos relatórios das entidades já citadas e em análises anteriores realizadas em estudos empíricos e estatísticos da área.

Por ser um trabalho de revisão bibliográfica, descritivo e qualitativo, o foco foi em reunir um conjunto de materiais sobre o tema, separar os tópicos desses materiais em categorias, e a partir disso refletir sobre o impacto da educação financeira frente ao consumo e endividamento das famílias.

A análise bibliográfica inicial partiu de uma cobertura dos últimos dez anos, principalmente devido aos seguintes fatores: maior número de materiais que retratam essa época, em relação aos últimos 40 anos, por exemplo; os últimos dez anos já são suficientes para cobrir as principais mudanças e impactos sobre a economia doméstica nessa época; o número de variáveis para as análises dos endividamentos familiares é menor, em comparação a um maior período de tempo; facilitação das análises, também sendo mais adequado para um trabalho com as limitações temporais que este possuiu.

O trabalho apresenta quatro capítulos. Além desta introdução, possui mais três capítulos.

No segundo capítulo é realizada uma revisão bibliográfica sobre as temáticas e os pressupostos que se relacionam com os assuntos do trabalho. Nele, são apresentadas as bases e históricos de algumas teorias e teóricos que serviram como base para este trabalho, além de tratar de microeconomia e de economia doméstica. O capítulo também traz dados e

referências sobre as influências comportamentais envolvidas nas tomadas de decisões, no consumo e no endividamento, aborda aspectos como as preferências do consumidor, terminando com a abordagem histórica e teórica da educação financeira, começando pelo seu princípio e pela demanda da qual ela nasceu, e chegando até algumas abordagens atuais e a percepção da necessidade de ela ser considerada mais seriamente e aplicada nas famílias.

No terceiro capítulo é apresentada uma análise do endividamento, salientando dados referentes ao consumo e endividamento nos últimos anos, abordando temáticas como a inadimplência, o sobre-endividamento, as diferentes formas de consumo e endividamento, além da relação existente, tanto na macroeconomia, como na economia doméstica, entre crédito e endividamento. O capítulo é concluído com uma exposição sobre o cartão de crédito, principal categoria nacional de endividamento.

O quarto capítulo versa sobre a educação financeira como alternativa para os problemas de endividamento familiar que foram apresentados como preponderantes no contexto nacional. Nesse mesmo sentido, a educação financeira também foi apresentada como alternativa eficaz para a administração das finanças familiares a curto e longo prazo, e também apresentada em suas diferentes aplicações e com os processos de intervenção mais efetivos apresentados na literatura, de modo com que os conhecimentos em educação financeira sejam capazes de solucionar os problemas da gestão financeira familiar.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Este capítulo aborda o desenvolvimento das principais teorias que tocam a economia doméstica e a educação financeira, faz uma revisão conceitual dos temas tratados no decorrer do trabalho, apresenta dados históricos sobre a economia brasileira e como políticas governamentais impactaram a economia doméstica, além de abordar as variáveis relacionadas ao consumo, ao endividamento, à tomada de decisões e à educação financeira.

Antes de haver um aprofundamento sobre educação financeira, cabe falar sobre algumas teorias econômicas que balizam a educação financeira, os padrões de consumo, o endividamento das famílias e as influências que guiam o desejo e consumismo das pessoas.

2.1 TEORIA ECONÔMICA: DA MACROECONOMIA PARA A ECONOMIA DOMÉSTICA

As teorias econômicas têm origem na escola clássica de economia, uma corrente de pensamento representada por nomes como Adam Smith, e que deram início a novas concepções sobre o dinheiro e as finanças. Posteriormente, a escola neoclássica defendia os princípios da racionalidade, do livre mercado, da concorrência na formação dos preços e no individualismo, sugerindo que o homem era extremamente racional e buscava maximizar a sua satisfação (RIMA, 1977).

Por muito tempo acreditou-se que as pessoas decidiam puramente com base na razão, até que se começou observar que as pessoas agiam de modo aparentemente irracional em muitos momentos, inclusive no modo como lidavam com as finanças pessoais (ROSSATO e MACHADO PINTO, 2020). Desse modo, cada vez se tornou mais visível que não havia somente racionalidade nas decisões humanas, mas também um conjunto de emoções, distorções afetivas, erros de julgamento e limitações de interpretações (MOSCA, 2009).

Os estudos de Herbert Simon sobre racionalidade foram importantes nesse sentido. Suas pesquisas sugeriam que nós possuímos várias limitações cognitivas que nos impedem de solucionar problemas e tomar decisões mais adequadas, o que tem implicações sobre a economia, por exemplo em casos como na escolha de investimentos e nos comportamentos de gastos e consumo. Ele, de modo geral, contribuiu para um melhor entendimento sobre os processos racionais da decisão (ÁVILA e AVILA, 2018).

A partir da observação e estudos das outras variáveis não racionais envolvidas nas decisões e nas finanças teve início uma linha de pesquisas chamada economia comportamental, representada por pesquisadores como Kahneman e Tversky (CÂMARA, 2018), e que objetiva estudar as distorções que ocorrem nos processos de tomada de decisão, como investimentos, consumo e endividamento. A ideia principal desses autores era de que as decisões, inclusive as econômicas, não são tomadas apenas considerando a razão. Logo, comportamentos como o consumo e os investimentos, também são orientados por emoções, aspectos culturais e vieses cognitivos (KAHNEMAN e TVERSKY, 1981), refutando a ideia de que as pessoas são dotadas e influenciadas unicamente por uma perfeita racionalidade (FERREIRA, 2008).

Essas novas teorias possibilitaram uma proposta mais realista e equilibrada sobre os processos decisórios, por exemplo ao demonstrar que a razão é limitada por diversas heurísticas (GARCIA-MARQUES e FERREIRA, 2003), que funcionam como atalhos cognitivos inconscientes utilizados para simplificar decisões e que ocorrem frequentemente nas decisões humanas. Tais heurísticas são extremamente úteis, mas podem levar a erros sistemáticos (CÂMARA, 2018).

Vê-se que as reações afetivas e os vieses cognitivos levam a escolhas automáticas e guiam o processo de julgamento e decisão, dando a ilusão de que as escolhas são racionais, quando não são (CÂMARA, 2018). É nesse sentido que a propaganda e o marketing atuam, pois exploram essas variáveis e processos não racionais da tomada de decisão, por meio de diferentes técnicas, estratégias e influências comportamentais (ATEM, 2009).

2.2 AS INFLUÊNCIAS COMPORTAMENTAIS

Apesar de não haver concordância sobre o que é o consumo, ele abrange necessidades, fantasias, desejos, sentimentos, lazer, entretenimento e prazer, tocando praticamente todas as áreas da vida pessoal e em sociedade. As influências por trás do comportamento de consumo são complexas e estabelecidas de muitas formas, desde os grupos primários e de referência, como a família e os amigos, mas também se expandindo em direção a influências culturais, como a mídia, o trabalho, as artes e a busca pelo prazer, e influências psicossociais, como a sua profissão, condição social e financeira, idade e estilo de vida, num conjunto de fatores adquiridos das mais distintas formas, e às vezes ao longo de anos, e que

incorporam no sujeito um conjunto de percepções, preferências, desejos, necessidades e comportamentos, instigando, desde cedo, uma demanda pelo consumo (MACÊDO, 2016; SILVA, 2018).

O fato de o consumo ser considerado sinônimo de prestígio e felicidade leva a uma potencialização dos fenômenos de procura e compra, pois o aumento da demanda propiciado pelos meios de comunicação e pelo mercado levam a um aumento do desejo e da busca, o que nutre o mercado, que apresenta a oferta à sociedade que busca o produto ou serviço.

A racionalidade pura não é o único fator envolvido nos hábitos de consumo e decisões. Portanto, as preferências do consumidor envolvem muitos outros fatores além da razão ou dos benefícios diretos. A função do consumo vai além do ato da compra; ela é um fenômeno complexo, que implica numa tentativa de, por meio do consumo, demonstrar uma identidade pessoal, conquistar status, ganhar espaço social, adquirir pertencimento social, participar de rituais coletivos e da moda da época, criar ou negar relações pessoais e adquirir significados simbólicos (PINTO e LARA, 2011). Isso faz com que os consumidores se encontrem num constante processo de produzir comportamentos de consumo (OLIVEIRA, 2020; JAMETT e SCHWEIZER, 2021). Logo, tais fatores e processos influenciarão as preferências do consumidor e o seu comportamento (KOTLER e KELLER, 2012).

2.3 A EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Podemos conceituar a educação financeira como o processo pelo qual os indivíduos adquirem e aperfeiçoam sua compreensão dos conceitos e produtos financeiros, são possibilitados a agir, tomar decisões mais acertadas, melhorar o seu bem-estar e procurar ajuda quando necessário (BACEN, 2017). Mediante informação, instrução e práticas, esses indivíduos também desenvolvem habilidades e confiança para aperfeiçoarem sua tomada de decisão (LUSARDI e MITCHELL, 2007). Para Ferreira (2017), a educação financeira é um conjunto de conhecimentos e competências que aumentam a capacidade de fazer julgamentos mais congruentes e decisões mais acertadas em relação ao consumo, ao uso e à gestão do dinheiro, resultando em maior bem-estar.

A educação financeira é uma tentativa de direcionar crianças, adolescentes e adultos a um entendimento e comportamento mais adequado e prudente do dinheiro e da economia (SAVOIA et al., 2007), além de auxiliar na gestão da renda, ensinando a poupar e a investir (OECD, 2004). Ela também aprimora a compreensão sobre os riscos e oportunidades

relacionados ao dinheiro e na conscientização sobre os vários fatores envolvidos na gestão dos recursos (OECD, 2005; 2015).

A educação financeira tem o intuito de disseminar seus conhecimentos, desenvolvendo estratégias que readéquem o consumo segundo as necessidades, em detrimento do mero desejo ocasional, e tendo em vista a renda familiar, sem perder o foco na busca e aproveitamento de oportunidades de renda extra ocasionais. Isso auxiliará os cidadãos quanto à gestão de recursos, tomada de decisões, administração doméstica, desenvolvimento de planos, prevenção, reserva financeira, investimento e consumo consciente (SILVA, 2018).

A OECD é a principal referência sobre educação financeira, sendo ativa nesse campo desde 2003, com a criação do “Financial Education Project”, a partir de preocupações de muitos países sobre o aumento de aposentados em cenário de diminuição da cobertura previdenciária promovida por Estados, pelo aumento do endividamento frente ao aumento de crédito, a mercados desregulados e o aumento de transações financeiras eletrônicas, em casos onde há grupos fora do sistema bancário (OECD, 2005; 2012; 2015). Com isso, a educação financeira tornou-se uma preocupação e um projeto crescente em vários países (SAVOIA, SAITO e SANTANA, 2007).

Isso levou à criação do “International Network on Financial Education”, em 2008, uma rede de especialistas e representantes de instituições de diversos países que tinha como objetivo servir como uma plataforma de coleta e análise de dados para identificar boas práticas, métodos e recomendações sobre gestão e políticas econômicas (CUNHA, 2020).

Desde 2007 havia ensaios para a implementação de uma Educação Financeira no Brasil, com status de política de Estado. Foi diante disso que, no final de 2009, com o recebimento da “OECD - Brazilian International Conference on Financial Education”, no Rio de Janeiro, começou haver uma crescente disseminação da Educação Financeira no país (CUNHA, 2020). E em 2010, com a criação da “Estratégia Nacional de Educação Financeira” (ENEF), por meio do Decreto Presidencial n. 7.377, de 22 de dezembro de 2010, a Educação Financeira passou a ser política de Estado no Brasil. Seu objetivo era de promover uma cultura de educação financeira nacional capaz de informar os cidadãos sobre a correta gestão dos seus recursos e contribuir para a eficiência e solidez da economia (BACEN, 2011).

Sendo assim, percebe-se que a demanda em torno da educação financeira não é apenas local ou dos últimos anos, mas uma grande necessidade para o bem-estar pessoal e familiar, para a organização comunitária e também para a macroeconomia, considerando o alto número de países que priorizam esse tipo de conhecimento e prática. Uma das suas

vantagens é que ela começa pela parte mais básica e fundamental da sociedade e da economia, ou seja, os indivíduos e as famílias. No entanto, antes de entendermos sobre a solução para o problema, precisamos nos inteirarmos melhor sobre o problema.

3 FATORES ECONÔMICOS ESPECÍFICOS

Os últimos anos apresentam um aumento do consumo e do endividamento das famílias e um amplo comprometimento da renda com dívidas. Frente a isso, são detalhados os conceitos, propriamente ditos, e também os fatores por trás desses endividamentos, as modalidades da inadimplência, além do sobre-endividamento, das diferentes formas de consumo, e as relações entre crédito e endividamento no contexto da economia doméstica.

3.1 O CONSUMIDOR E O CONSUMISMO

Para Solomon (2008), o consumidor é o indivíduo que identifica um desejo ou uma necessidade, efetiva a compra de um produto e na sequência o descarta. Filomeno (2016), por sua vez, descreve o consumidor como aquele que contrai crédito ou serviço como destinatário final.

Esse consumidor formará grupos sobre os quais o mercado demonstra interesse, devido à sua homogeneidade, o que facilita um mapeamento das necessidades e permite uma produção em larga escala favorável ao desejo destes consumidores, que podem consumir bens, mas também serviços, estabelecendo facilmente uma via-dupla de influências entre consumidor e mercado (BRITO, BORGES e SANTOS, 2020).

E esse consumidor tem fantasias, busca prazer, pertencimento e relacionamento (PINTO e LARA, 2011). Isso, quando administrado mal ou quando se torna parte de má gestão, pode resultar em hábitos disfuncionais e em seguida em consumismo. O consumismo, para Slater (2002), é um modo de viver e se relacionar em sociedade, que envolve lugares que frequentamos, itens que compramos, culturas que consumimos, coisas que produzimos e roupas que usamos, até mesmo o tipo de escassez que sofremos.

E realmente, se não houver uma gestão adequada das finanças, haverá escassez, que poderão ser potencializadas por fatores externos como desemprego, acidentes, entre outros (CERQUEIRA, 2018). Mas, infelizmente uma grande parcela de cidadãos apenas percebe o real prejuízo quando o endividamento está extremo, o que torna tudo mais complicado, tendo em vista a dificuldade de desvinculação pessoal e familiar de velhos hábitos e a inabilidade para planejamentos e controle de orçamentos.

Algumas formas possíveis para lidar com isso envolvem uma educação financeira que ensine técnicas e hábitos de gestão e administração, como também que garantam a saúde

financeira, criando objetivos para o orçamento doméstico desejável, controlando as dívidas e criando reservas emergenciais (MENDES, 2015). Ou seja, é necessário que ocorra um entendimento de como gastar, poupar, gerir e investir as finanças de modo adequado e prudente, a fim de que haja maior espaço para projetos e sonhos, sem que para isso haja endividamento e manifestação de sofrimento mental (BACELLAR, 2016). Certamente que uma boa educação financeira, aliada a uma maior experiência prática, contribuirão para um comportamento de consumo menos disfuncional e que propicie maior bem-estar às famílias e sirva como fator de proteção contra o endividamento (LEÃO, 2015).

3.2 ENDIVIDAMENTO

Segundo Contreras et al. (2006), o endividamento é a existência de uma obrigação financeira por pagamento, a qual será eliminada somente após o pagamento da dívida, caracterizada como o consumo antecipado, o qual gera a dívida. Por sua vez, Mosca (2009) define o endividamento como podendo ter origem em fatores macroeconômicos, comumente fora do domínio e controle pessoal, e em fatores microeconômicos, ligados ao comportamento individual e familiar.

Normalmente os casos de endividamento ocorrem quando são feitos empréstimos para adquirir bens em casos de impossibilidade de arcar com as despesas e pagamentos de modo duradouro e sem que sejam feitas novas dívidas.

Além do endividamento, também há a inadimplência, que ocorre quando não é possível pagar um compromisso financeiro até a data de seu vencimento. Não há, necessariamente, uma relação entre endividamento e inadimplência, uma vez que o endividamento excessivo gera a inadimplência, mas nem sempre o inverso ocorre. Além disso, o descumprimento nos pagamentos não é sinônimo de incapacidade de pagamento ou de falta de dinheiro, mas às vezes apenas da falta de vontade em realizar o pagamento e honrar o compromisso ou apenas a compra de outro tipo de mercadoria (MACÊDO, 2016).

Cabe destacar que o endividamento pessoal não é diretamente relacionado à renda, mas à forma como o indivíduo administra suas receitas, gastos e investimentos (CERBASI, 2003). Ou seja, ele surge de um descompasso entre consumo e renda, que tem origem, como vimos, principalmente em hábitos de consumo equivocados ou disfuncionais, mas também na ineficiência ou ignorância nas estratégias de tomada de decisão e nas finanças pessoais.

Atualmente há o consenso de que a principal causa de endividamento familiar é a facilidade de crédito concedida de modo quase indiscriminado e exagerado para os cidadãos (GUIMARÃES e ALMEIDA, 2013). A sensação de maior poder de compra, junto a uma oferta de facilidade no pagamento de parcelas, é algo que leva a uma impossibilidade de pagamento, fazendo com que os compradores que gozaram de crédito não demorem para se virem endividados (FARIA et al., 2020).

Essas práticas, juntamente com o constante endividamento, podem levar aos chamados “sobre-endividamentos”, que são os casos em que a pessoa fica impossibilitada de pagar as suas dívidas, seja por incompetência, seja a fatores como o desemprego, doença, acidente e morte (GOMES, 2011). O sobre-endividamento é a situação mais grave do endividamento, pois a pessoa fica incapacitada de pagar as suas dívidas (BRITTO et al., 2018).

3.3 INADIMPLÊNCIA

Além do sobre-endividamento, existem situações em que o indivíduo não consegue efetuar o pagamento e acaba por não cumprir os termos acordados anteriormente. Esses são os casos de inadimplência, quando o devedor não cumpre com a sua obrigação financeira espontaneamente (NISIYAMA e NAKAMURA, 2015). E parte considerável desses casos é causada por pessoas que recorrem a créditos e tomam decisões equivocadas devido a não terem outra opção, muitas vezes por ser uma necessidade básica.

Apontamentos da pesquisa realizada pelo CNC sobre as consequências da inadimplência com consumidores com contas atrasadas por mais de 90 dias mostrou o impacto das dívidas sobre as emoções, relacionamentos e a saúde. No estudo, 25% dos inadimplentes ficaram desatentos e pouco produtivos no trabalho, 21% passaram a descontar a frustração das dívidas em vícios, como cigarro, comida ou álcool, e 18% relataram estar mais irritados (SPC e CNDL, 2019). Outra pesquisa demonstrou que 63,4% dos brasileiros relataram ter dívidas. Entre estes, 23,9% possuem parcelas em atraso e 9,5% alegam não ter condições de liquidá-las. As famílias relataram possuir dívidas com cheque pré-datado, cartão de crédito, cheque especial, carnê de loja, empréstimo pessoal e prestação de carro (PEIC e CNC, 2019).

Dois dos principais fatores microeconômicos explicativos do endividamento e da inadimplência são o consumo excessivo e o materialismo, em que se busca a manutenção dos

estados mentais positivos por meio de aquisições materiais (SANTOS e SOUZA, 2014). Esse endividamento pode ser ativo ou passivo. Ele é ativo quando há uma dívida voluntária, advinda de fatores como estratégias de marketing, impulso pessoal e má avaliação do orçamento doméstico. Ele é passivo quando ocorre por fatores involuntários e comumente fora do controle pessoal, como desemprego, divórcio, efeito multiplicador da dívida pessoal, aumento de juros, redução do salário, entre outros (MACÊDO, 2016).

Outros fatores também colaboram para o aumento da inadimplência no Brasil, como a falta de controle orçamentário familiar, acesso descontrolado a bens de consumo, facilidade para obtenção de crédito e ausência de educação financeira. A compra compulsiva também tem um forte impacto sobre a propensão ao endividamento (FIGUEIRA e PEREIRA, 2014).

3.4 A RELAÇÃO CRÉDITO-ENDIVIDAMENTO

Segundo uma coleta de dados feita por Souza (2019), a oferta de crédito é crescente desde 2004, de modo que o percentual de crédito total no sistema financeiro em relação ao PIB passou de 24,75%, em 2004, para 52,6%, em 2015. Outra pesquisa demonstrou que o crédito à pessoa física foi, de 9% em relação em PIB, em dezembro de 2003, para 21% do PIB em dezembro de 2010 (SILVA, 2014). Durante o governo Collor (1990-1992) atingiu 28% do PIB, durante o FHC, em 1995, no ápice do Plano Real, atingiu 37% do PIB (SOUZA, 2019).

Em 2003 novas políticas econômicas incentivaram o acesso ao crédito e a adesão a concessões de crédito por parte das camadas mais baixas da população, levando a altos índices de endividamento das famílias (BORTOLUZZI et al., 2015). Em 2007 a oferta de crédito em relação ao PIB foi de 34%, e em março de 2015 representou 54,8% do PIB (SOUZA, 2019)

As camadas mais pobres da sociedade são mais vulneráveis à oferta de crédito (SBICCA, FLORIANI e JUK, 2012) e às estratégias massivas de acesso fácil ao crédito (HENNIGEN, 2010). Esse crédito pode trazer benefícios, mas é comum que o cidadão não consiga honrar suas obrigações e passando a contar como um devedor (LOPES, 2012).

Difícilmente a pessoa refletirá que acaba pagando o equivalente a dois bens adquiridos, quando poderia, em vez disso, planejar adequadamente e adquirir o mesmo bem pela metade do preço (FERNANDES e PARAISO, 2017).

Isso continua a se repetir ao longo dos anos. Por exemplo, segundo a CNC, o número de brasileiros subiu em dezembro de 2020, alcançando 66,2% de consumidores endividados, e

11,2% das famílias declararam não terem condições de pagar as suas dívidas, que, em 79,4% dos casos é devido ao cartão de crédito, principal modalidade de endividamento das famílias brasileiras (AGÊNCIA BRASIL, 2020).

A percepção das famílias segue essa estatística, pois, segundo uma pesquisa realizada em agosto de 2021, 81% das pessoas consideram o mau uso do cartão como o principal responsável pelo seu endividamento, superando a pandemia, citada por 68% dos entrevistados. A mesma pesquisa também demonstrou que 3 em cada 10 pessoas não sabem qual é o seu gasto mensal no cartão de crédito (MONITOR MERCANTIL, 2021).

Um planejamento adequado, apoiado por uma correta educação financeira, permitirá economizar, poupar e investir adequadamente, considerando objetivos bem definidos e um equilíbrio entre o desejo e o possível, entre a renda e os gastos (FERNANDES e PARAISO, 2017).

3.5 AS DIFERENTES MODALIDADES DE ENDIVIDAMENTO

Considerando os conceitos de endividamento da tratados nos capítulos anteriores, salientamos que as diferentes modalidades de endividamento podem ocorrer em diferentes áreas. Portanto, para organizar a exposição dos dados sobre endividamento, optou-se por apresentar os dados de acordo com a cronologia e as modalidades, conforme exposto na introdução e nos métodos.

Em janeiro de 2010 as pesquisas demonstram que 59,1% de famílias estavam endividadas (CNC, 2014). Também houve um aumento significativo em relação ao comprometimento da renda familiar com o pagamento de dívidas, passando de 17%, em julho de 2005, para 21,1%, em setembro de 2011 (BACEN, 2011). Em abril de 2012, 56,8% das famílias haviam declarado estar endividadas, e em agosto do mesmo ano esse número passou para 59,8% de famílias endividadas (RUBERTO et al., 2013). A porcentagem das famílias brasileiras endividadas alcançaria 62,9% em abril de 2013; e em agosto de 2014 o Serasa registrou 57 milhões de pessoas com dívidas em atraso (SERASA EXPERIAN, 2014)

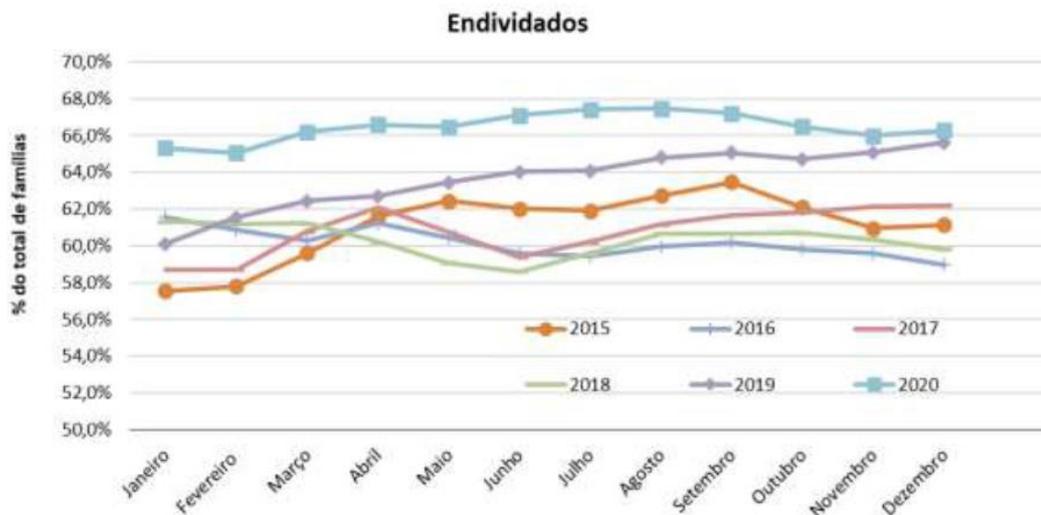
Em março de 2015 73,4% das famílias brasileiras tinham algum tipo de dívida com o cartão de crédito, 18,2% com carnês e 14,4% com financiamento de automóveis, totalizando 59,6% das famílias endividadas e 6,2% de inadimplentes (PEIC-CNC, 2015, 2016). Em julho de 2018 59,6% das famílias estavam endividadas, e 9,4% das famílias brasileiras inadimplentes (PEIC-CNC, 2018). Numa outra pesquisa, também de 2018, o total de

brasileiros com dívidas em atraso chegou a 63,4 milhões, segundo o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) (GRAVAS e BRANDÃO, 2018)

A pesquisa de Fajan, Silva e Souza (2015) sugere que o número de famílias endividadadas pode ter relação com a falta de controle financeiro e a falta de conhecimento em educação financeira. Para Cerqueira (2018), esse endividamento e aumento da inadimplência também têm servido de alerta para administradores de cartão de crédito e para consumidores que gastam sua renda de modo imprudente.

É possível ver, no “Gráfico 1”, os índices de endividados entre os anos de 2015 e 2020. Acompanhando o indicador, a parcela dos “sem condições de pagar” apresentou altas durante o ano e atingiu a máxima histórica no oitavo mês de 2020, alcançando 12,1%. Ainda, segundo o Serasa (2020), 59% dos inadimplentes não sabem quanto devem e nem quais os compromissos a serem pagos no mês seguinte.

Gráfico 1: Famílias endividadadas (Brasil: ano – porcentagem – mês/ano)

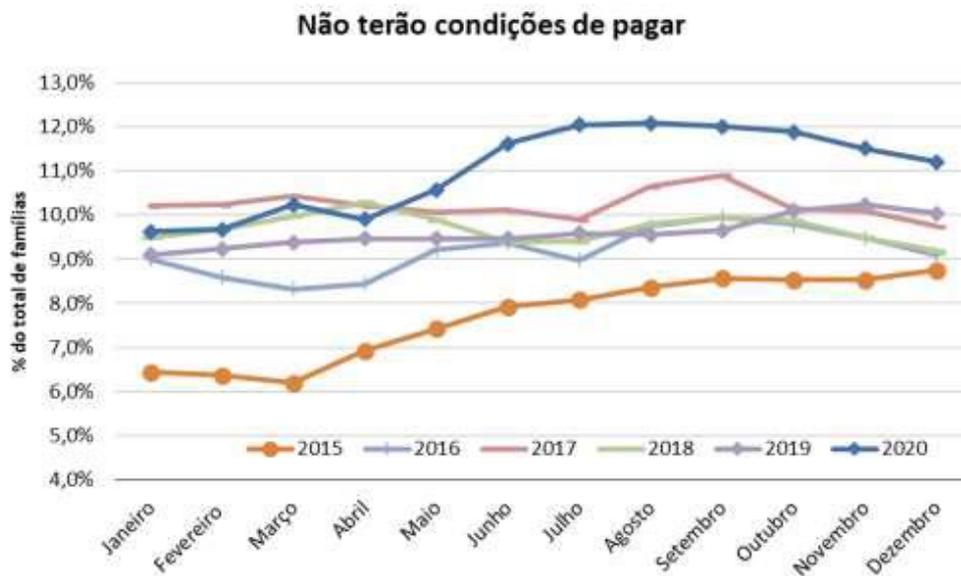


Fonte: PEIC/CNC (2020).

Isso demonstra como a falta de planejamento e organização financeira contribui para o endividamento e inadimplência. Além disso, o cenário no ano de 2020 foi caótico, considerando a chegada da pandemia e os seus inúmeros impactos para o Governo e para a renda das famílias. Além disso, a redução de juros ao menor patamar da história e a inflação ao consumidor controlada permitiram condições de ampliar a contratação de dívidas (2020).

O “Gráfico 2” aponta que entre 2015 e 2020 houve um crescimento significativo das famílias que não possuem condições de pagar suas contas ou dívidas em atraso.

Gráfico 2: Não terão Condições de Pagar (Brasil: porcentagem de endividamento – mês/ano)



Fonte: PEIC/CNC (2020).

Segundo o PEIC/CNC (2020), conforme o “Quadro 1”, o endividamento médio das famílias com até 10 salários mínimos mensais, aumentou 3,2 pontos percentuais, chegando a 67,8% do total. Na faixa de renda acima de 10 salários, o aumento foi menor, passando de 59,4% em 2019 para 60,3% em 2020.

Quadro 1: Principais Indicadores (Ano – Principais indicadores, de acordo com renda)

Principais Indicadores – Faixas de Renda						
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
PEIC (Percentual do total) – Média anual						
Famílias endividadas	61,1%	60,2%	60,8%	60,3%	63,6%	66,5%
Até 10 s.m.	62,4%	61,7%	62,6%	61,6%	64,6%	67,8%
Acima 10 s.m.	54,8%	52,3%	51,7%	54,2%	59,4%	60,3%
Famílias com conta em atraso	20,9%	24,2%	25,4%	24,0%	24,0%	25,5%
Até 10 s.m.	23,4%	27,1%	28,7%	27,0%	26,9%	28,7%
Acima 10 s.m.	10,1%	11,8%	11,4%	11,3%	11,2%	11,4%
Famílias sem condições de pagar as dívidas em atraso	7,7%	9,2%	10,2%	9,7%	9,6%	11,0%
Até 10 s.m.	9,0%	10,5%	11,8%	11,3%	11,2%	12,8%
Acima 10 s.m.	2,8%	3,7%	3,9%	3,7%	3,5%	4,2%

Fonte: PEIC/CNC (2020).

De maneira semelhante, os grupos de famílias com contas em atraso e sem condições de pagar as dívidas também apresentou aumento. Conclui-se que mesmo famílias com renda

bem acima da média nacional, também apresentam níveis de endividamento expressivos, o que pode indicar que a questão não é quanto se ganha, mas sim a forma como é gasto o salário.

Quando as dívidas dos brasileiros são detalhadas, conforme apresentado no “Quadro 2”, é possível observar que os principais fatores de dívidas são o cartão de crédito, seguido por carnês de pagamento e financiamento de carros e imóveis. Apesar de menos significativo, o endividamento por cheque especial chama atenção pelos altos juros cobrados. Em março de 2020, os juros médios cobrados pelos bancos nessas operações atingiram 130% (BACEN, 2020). O cartão de crédito ainda é o principal responsável pelo endividamento, sendo causa do mesmo em 81,8% das famílias, seguido pelos carnês, com 17,3%, e o financiamento de veículos, com 10,6%. Por sua vez, o tempo médio de comprometimento das famílias com suas dívidas é de 7 meses e, do total de famílias endividadas, 34,2% estão comprometidas com dívidas por mais de um ano. Se for falado apenas de famílias com dívidas, no primeiro semestre de 2021 cerca de 69,7% das famílias brasileiras estão endividadas, sendo 70,7% das famílias que ganham até 10 salários mínimos, e 65,5% das famílias com renda superior a 10 salários mínimos (G1, 2021). É possível entender melhor conforme os dados apresentados no “Quadro 2”.

Quadro 2: Tipo de Dívidas (Ano – Principais tipos de dívidas)

Tipo de Dívida	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Cartão de Crédito	76,01%	77,10%	76,70%	76,90%	78,70%	78%
Cheque Especial	6,02%	7,20%	6,70%	5,80%	5,90%	5,90%
Cheque Pré-datado	1,70%	1,70%	1,40%	1,10%	1,10%	0,90%
Crédito Consignado	4,60%	5,40%	5,60%	5,60%	5,50%	6,60%
Crédito Pessoal	9%	10,30%	10,30%	9,40%	8,20%	8,50%
Carnês	16,90%	15,40%	15,70%	15,40%	15,30%	16,80%
Financiamento de Carro	13,70%	11,20%	10,20%	10,50%	9,90%	10,70%
Financiamento de Casa	8,03%	7,90%	8,20%	8,70%	8,70%	9,50%
Outras Dívidas	2,20%	2,40%	2,60%	3%	2,40%	2,20%
Não Sabe	0,10%	0,10%	0,10%	0,20%	0,10%	0,10%
Não Respondeu	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,20%	0,20%

Fonte: PEIC/CNC (2020).

Pesquisas realizadas pela CNDL (2020) mostram que 68% dos usuários do cheque especial tiveram o limite extra concedido automaticamente, e 40% dessas pessoas usam o cheque especial todos os meses. E, por existir forte desentendimento acerca das opções de crédito disponíveis, falta de cuidado ou má gestão no orçamento individual, muitas pessoas entram no limite do cheque especial sem um conhecimento acerca das implicações que tais

custos e o aumento automático ou unilateral de limite do crédito nas inúmeras modalidades (cheque especial, cartão de crédito, etc.) podem levá-los a situações de alto endividamento (MACÊDO, 2016).

Isso demonstra que, mesmo com altas taxas de juros, as famílias ainda recorrem ao cheque especial, ficando à mercê de altas taxas sem sequer estarem cientes.

Em relação ao cartão de crédito, em 1987, para adquirir um cartão de crédito, era necessário comprovar renda de no mínimo cinco salários mínimos. Em 1997 já era possível adquirir um cartão mediante renda mensal de R\$ 200,00. Em 2000 já existiam 5 milhões de cartão entre trabalhadores com renda inferior a R\$ 500,00, e em 2007 esse número já alcançava os 15 milhões, sendo que havia 83 milhões de brasileiros com cartão de crédito nesse mesmo ano (COSTA, 2008).

Em 2019 o Brasil alcançou a marca de 123 milhões de cartões de crédito emitidos, um crescimento de 18% em relação ao ano anterior (BACEN, 2019). Segundo o Banco Central, uma das explicações para o aumento da emissão de cartões foi a queda da maior parte das taxas cobradas, e do avanço nas transações digitais. A taxa de desconto média caiu de 2,54%, no primeiro trimestre de 2018, para 2,30% no quarto trimestre de 2019. Já a tarifa de intercâmbio média teve leve alta, variando de 1,62%, no primeiro trimestre de 2018, para 1,65% no quarto trimestre de 2019 (BACEN, 2019).

Segundo Santos (2016), o pagamento com cartão de crédito facilita o processo do consumo e afasta os efeitos psicológicos advindos da visualização do gasto do dinheiro físico, o que torna os seus usuários mais vulneráveis.

Se, por um lado o cartão de crédito tem vantagens, como a possibilidade de não precisar carregar grandes quantias de dinheiro em espécie, por outro a agilidade para pagamentos e a facilidade para a prática de consumo desenfreado podem tornar o uso do cartão uma prática desastrosa, se feita sem a devida educação financeira (FIGUEIREDO, 2003).

O cartão de crédito também facilita o endividamento por levar a uma subestimação quanto às dificuldades financeiras futuras, fazendo o consumidor desprezar problemas em potencial, tais como o risco de inadimplência devido ao esvaziamento do seu poder de compra, e comprometimento da renda e do orçamento familiar futuro (RANGEL, DONADIO e CAMPANARIO, 2012).

Ou seja, toda essa conjunção de fatores, como a união de taxas mais atrativas, facilidade e ampliação na oferta de cartões de crédito e o descontrole na hora das compras, culminam em famílias mais endividadas e cada vez mais dependentes do cartão.

Enquanto o crédito pode servir como um instrumento para o desenvolvimento econômico, também pode afetar a qualidade de vida dos cidadãos, levar ao endividamento massivo da população e também da cadeia produtiva, e impactar inclusive a macroeconomia (RIBEIRO e LARA, 2016), pois o endividamento não afeta apenas o indivíduo e sua família, mas conduz à incapacidade de honrar compromissos financeiros, o que afeta os volumes de créditos e, por consequência, prejudica o crescimento da economia (BOMILCAR, 2010)

O comportamento de consumo e o gasto direcionado a uma aquisição representam a oportunidade de o indivíduo esquecer ou se eximir das frustrações, decepções e insuficiências da própria vida e suas relações. Tais indivíduos, com o intuito de fazer da compra um ato terapêutico, transformam o ato de comprar num transtorno compulsivo, cujas consequências se atrelam negativa e profundamente às mais diferentes áreas da vida (PEREIRA, 2010).

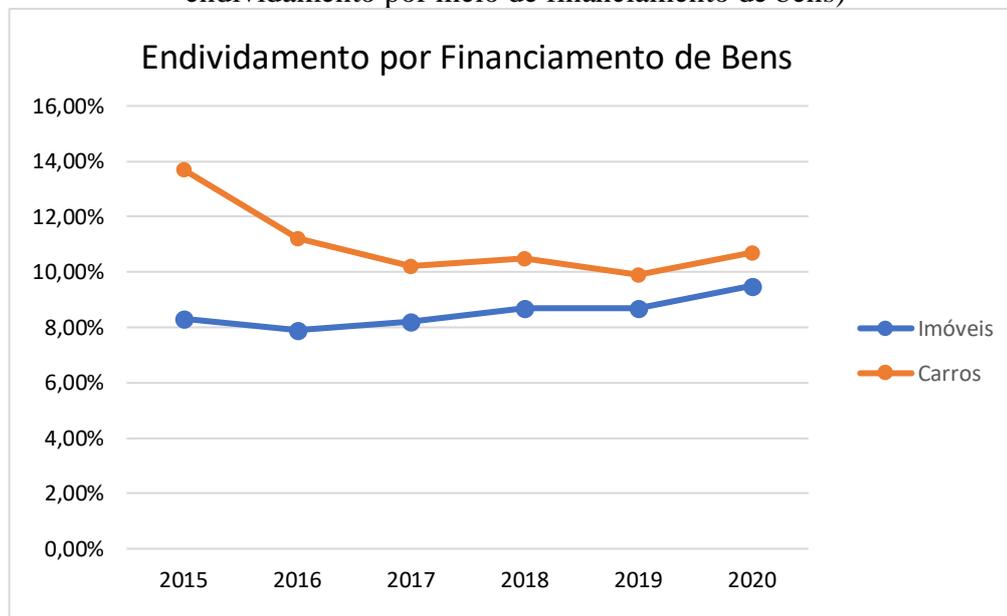
Nesse sentido, um ato de compra que seguidamente é associado ao sucesso e status é a aquisição do carro e da casa própria, ou seja, o financiamento de bens, instigados desde a sua primeira infância nos indivíduos pelas relações de referência, como familiares e parentes. Isso faz o financiamento de bens, como carros e imóveis, representar uma parcela significativa da dívida das famílias brasileiras, considerando que a maioria das pessoas cresce e se desenvolve numa sociedade que considera o carro e a casa como os maiores projetos de vida e provas de sucesso. Consequentemente, esse sonho se transforma em dívida e inadimplência rapidamente, levando a um forte comprometimento financeiro familiar e a limitação do poder de compra futuro.

Os indivíduos comumente cedem aos seus desejos, impulsionados pela ausência de inteligência emocional para lidar com impulsos, decisões, vontades e hábitos (MARTINS, 2004). Outro tipo de endividamento envolve a aquisição de imóveis em formato de financiamento, uma prática comum do setor imobiliário.

É possível observar o aumento do endividamento devido à aquisição de financiamentos de bens, o que destaca a influência desses atos de compras sobre a economia familiar, que em muitos casos levará anos para pagar uma aquisição efetuada numa fase de impulso ou motivação, sem considerarem as variáveis de gastos e ganhos a longo prazo. Essa atenção apenas ao momento financeiro presente e a desconsideração em relação a uma

continuação da constância de possíveis ganhos futuros causam esse tipo de compra precoce, e acaba por desestabilizar as finanças pessoais, como é possível ver no “Gráfico 3”:

Gráfico 3: Endividamento por Financiamento de Bens (período 2015-2020; porcentagem de endividamento por meio de financiamento de bens)



Fonte: PEIC/CNC (2020).

Como resposta à crise de 2018, o governo brasileiro, na tentativa de conter os danos que poderiam se potencializar no país, priorizou medidas como implantação de programa habitacional para baixa renda, incentivos a concessão de crédito e redução dos juros. Mas esse tipo de medida, segundo Lima (2014), deve ser concebido com cautela, pois a publicidade agressiva, o estímulo ao consumo e o acesso fácil ao crédito, inclusive para idosos e pessoas de baixa renda, sem mecanismos de proteção ao consumidor, podem criar e favorecer o superendividamento do consumidor brasileiro. De fato, foi isso que ocorreu e que continua acontecendo.

Em relação aos carnês, apesar da crescente alta no uso de cartões de crédito, observa-se que ainda existe demanda para o uso de carnês e que eles ainda representam uma alta porcentagem do endividamento familiar. Alguns estudos demonstraram que quanto menor o grau de escolaridade de um indivíduo, maior será a tendência de assumir carnês de prestações (WALLENDORF, 1979; DEVANEY, 2000).

Esses dados vão ao encontro de outra pesquisa, na qual observou-se que indivíduos com menores níveis de escolaridade possuem maior propensão ao endividamento (VIEIRA,

FLORES e CAMPARA, 2014). Outro aspecto é relacionado aos resultados emocionais da inadimplência. Pesquisas do SPC (2020) apontam que 8 em cada 10 inadimplentes sofreram um impacto emocional negativo devido às suas inadimplências e dívidas. As frustrações e incertezas geradas pelo endividamento não se restringem ao campo econômico, mas afetam toda a vida do indivíduo.

Em julho de 2021 entrou em vigor a Lei 14.181/21, que normatiza aspectos envolvendo a prevenção contra endividamento e inadimplência, além de propor audiências de negociação entre credor e devedor, servindo como um conjunto de instrumentos para proteger o consumidor contra abusos na oferta de crédito.

4 EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO SOLUÇÃO PARA O ENDIVIDAMENTO FAMILIAR

Este capítulo apresenta a educação financeira como alternativa para a solução dos problemas de endividamento e má gestão da economia doméstica, como também a correta aplicação dos meios pelos quais essa educação de gestão permite solucionar os problemas da gestão financeira familiar.

As crises financeiras das últimas décadas impactaram a população, levando ao aumento do desemprego e inadimplência, levando a um descontrole financeiro, principalmente entre famílias sem estrutura quanto a conhecimentos financeiros e de gestão doméstica (CERQUEIRA, 2018). Apesar de estes não serem os únicos motivos por trás do endividamento familiar, sabe-se que os índices anuais de endividamento se mantêm em alta há muitos anos, impulsionados pelas agressivas propagandas midiáticas e campanhas de marketing (SLOMP, 2008).

Os problemas, no entanto, também se estendem para a área da saúde, pois as dívidas e a inadimplência levam a maiores índices de estresse, angústia, maior incapacidade para administrar as finanças, aumento das emoções negativas e menor sensação de bem-estar, podendo gerar sérios problemas emocionais (PLAGNOL, 2011), alteração da qualidade de vida, insônia, doenças cardíacas e aumento de transtornos mentais (LUCKE et al., 2014).

Esses cenários são potencializados pela oferta exagerada de crédito (BRAIDO, 2014), pela propaganda explícita (LUCKE et al., 2014), pelas compras movidas pela compulsão, emoção e pelo consumismo (SANTOS e SILVA, 2014).

A situação piorou muito em razão da pandemia, mas esta não é a única responsável pela situação macroeconômica e pelo cenário de endividamento familiar. Como já foi dito, a ausência de uma boa educação financeira, que seja acessível às crianças e aos adultos, e as ofensivas propagandísticas na mídia e meios de comunicação são fatores que aceleram o endividamento familiar e conseqüentemente diminuem o poder de compra do brasileiro.

Devido a essa inabilidade natural do ser humano frente ao dinheiro e também todo o aspecto emocional envolvido no comportamento de consumo, a importância de uma educação financeira torna-se fundamental desde as primeiras fases da vida, a fim de que sejam evitadas dívidas desnecessárias ou superiores à capacidade de pagamento (SANTOS, 2014), permitindo a transmissão e aplicação de conhecimentos teóricos, técnicos e práticos nas tomadas de decisão pessoais e familiares, e a manutenção de um comportamento equilibrado e

de um orçamento saudável (LIZOTE, SIMAS e LANA, 2010). Para ser efetiva, a educação financeira precisa ser incluída precocemente na vida e considerar os aspectos sociais dentro dos seus métodos, indo além dos entendimentos econômicos e financeiros, para algo mais prático e cotidiano (SALEH e SALEH, 2013).

Segundo a divulgação feita pelo Insper, uma pesquisa global sobre educação financeira, a S&P Global Finlit Survey, realizada com mais de 150.000 adultos em mais de 140 países, dois em cada três adultos no mundo são analfabetos financeiros. Ainda segundo a pesquisa, os índices de analfabetismo financeiro entre os brasileiros alcançam os 35%, mantendo-se na média mundial e ocupando a 67^o posição entre os 143 países analisados.

O site Invest News (2021) divulgou que o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), em 2018, demonstrou que 39% dos brasileiros afirmaram que assuntos financeiros não são relevantes para eles. No ranking do PISA sobre educação financeira, o Brasil ficou na 17^o posição entre 20 participantes, com a nota de 420 pontos no índice, que é baixa comparada à média da OCDE (505 pontos).

A educação financeira aborda as maneiras pelas quais os indivíduos ou famílias obtêm orçamento, gastam e economizam recursos, considerando os diversos riscos financeiros e eventos de vida futuros, e incluem diferentes componentes das finanças pessoais, como contas, cartões, crédito, endividamento, planos de aposentadoria, investimentos, apólices de seguros, endividamento, inadimplência, gerenciamento de imposto de renda (MENDES, 2015), o que permite uma maior compreensão dos conceitos básicos de economia e finanças, por meio de instruções e orientações claras, as quais formam valores e competências necessárias para a conscientização das oportunidades e riscos a elas associados, das decisões mais prudentes e de ações direcionadas ao bem-estar pessoal e familiar (BACEN, 2013).

Frente a isso, fica claro que um bom planejamento familiar tem inúmeros benefícios, não apenas financeiros, mas também ao propiciar uma qualidade de vida mais tranquila, a realização de planos a longo prazo, minimizando os riscos financeiros de surpresas desagradáveis, como doenças e acidentes. Além disso, o planejamento e uma melhor habilidade financeira diminuem a influência que meios midiáticos e campanhas publicitárias efetuam sobre os comportamentos dos indivíduos. Isso demonstra que o excesso do endividamento do brasileiro também pode ser considerado um problema social (BRAIDO, 2014; SILVA, 2018), tendo em vista que a falta de discernimento financeiro e a tomada de decisão imprudente influenciam outros aspectos da vida em sociedade.

Segundo observa Lucci (2006), a importância da educação financeira reside justamente nessa lacuna, pois ela é constituída por conhecimentos, diretrizes e práticas que englobam o correto uso do dinheiro, a tomada de decisões racionais, o planejamento e a correta aplicação dos recursos pessoais, transmitindo conhecimentos que permitem o desenvolvimento das habilidades de tomada de decisões fundamentadas e seguras, levando a uma melhora do gerenciamento das finanças pessoais. Ela também se deve ao envolvimento das pessoas num sistema diretamente relacionado ao uso do dinheiro, o que demanda ações sobre o tema, contribuindo para o fortalecimento da cidadania e apoiando a população na tomada de decisões financeiras mais autônomas, conscientes e prudentes (SAITO, SANTANA e SAVOIA, 2007; FERREIRA, 2008).

Nesse sentido, segundo a análise de Saito (2007), a educação financeira facilita a compreensão de como funcionam as dinâmicas financeiras, viabiliza o desenvolvimento de habilidades, conquista de aptidões e pensamento crítico, informação sobre serviços e produtos, confiança frente às decisões e melhora do bem-estar. Portanto, essa educação direcionada à gestão familiar permite que novos conhecimentos sejam adquiridos e praticados, alterando a relação das pessoas com o dinheiro e as mudanças na relação com o dinheiro e nas atividades desenvolvidas com ele e para ele (LUCCI, 2006).

Vemos, portanto, que a educação financeira, quando aplicada, induz formas mais eficientes de administração financeira (PÓVOA, 2010), como são os casos dos exemplos de duas intervenções realizadas em contexto nacional e que focaram na educação financeira como ferramenta de gestão.

Isso demonstra a necessidade da educação financeira em contextos de desequilíbrio na distribuição de renda e na instrução sobre o consumo, o dinheiro e o planejamento. Pressupõe-se que a falta de educação financeira para a grande maioria da população é um dos fatores ocasionadores do alto índice de endividamento nos últimos anos. Essa realidade ocorre, pois o cidadão não aprende a pensar no dinheiro de modo consciente e a lidar com opções de investimento mais rentáveis que a poupança, entendendo o dinheiro como algo que deve ser gasto sem a realização prévia de um planejamento adequado aos objetivos do indivíduo e da família.

Portanto, a educação financeira induz um melhor controle do orçamento doméstico e dos investimentos, fazendo com que sobre mais dinheiro, também protegendo as famílias contra as influências do marketing e da propaganda, o que torna o comportamento familiar mais prudente e capaz de gerir mais adequadamente o dinheiro e os projetos de vida de toda a

família, contribuindo para o aumento do bem-estar, à criação de uma boa reserva financeira e um planejamento pessoal sólido, que envolve os objetivos de vida pessoais e, se bem executado, considera estratégias a curto, médio e longo prazo (MENDES, 2015; MACÊDO, 2018).

Segundo defende Silva (2018), a educação financeira trabalha em direção à consciência, conhecimento, habilidades e comportamentos, executando isso mediante três pilares: 1) conhecimento, para gerir eficazmente o orçamento; 2) comportamento prudente, para planejar conscientemente; e 3) atitude, para exercer crenças e comportamentos adequadamente.

Os benefícios já citados podem surgir em decorrência de uma prática sólida e geral de educação financeira. O ensino e consequente emprego dos conhecimentos nessa área proporcionam um treino comportamental e o desenvolvimento de muitas qualidades e características que trarão ganhos consideráveis para o indivíduo e o contexto doméstico.

Segundo Dutra (2018), isso faz com que os indivíduos se tornem capazes de elaborar orçamentos, aprender estratégias de investimento e tomar decisões de modo mais adequado, maximizando a assertividade com que gastam, ganham, compram e investem, o que tem muitos benefícios a curto e longo prazo. O bem-estar gerado a partir dessas práticas maximiza a saúde e qualidade de vida de pessoas e famílias que tradicionalmente têm sido negligenciadas pelo sistema financeiro.

No entanto, nas intervenções em educação financeira, algumas áreas devem receber o destaque: conhecimento de conceitos financeiros e sua devida aplicação, aptidão em administração e gestão financeira, realização prudente e inteligente de tomada de decisões e planejamento eficaz. Além disso, o processo de educação financeira deve envolver quatro áreas: 1) Dinheiro: conceitos sobre o valor do dinheiro no tempo, inflação e contabilidade; 2) Crédito: conhecimentos sobre linhas de crédito e o seu correto uso; 3) Investimentos: conhecimento sobre os produtos de investimento, os riscos e taxas de cada um; 4) Proteção de Patrimônio: produtos de seguridade de vida e de patrimônio, e estratégias de gerenciamento de risco de aplicações financeiras, informações sobre direitos do consumidor e do investidor (MACÊDO, 2016).

Além disso, outros aspectos também devem ser considerados antes de serem utilizados mecanismos de economia familiar, tais como os objetivos do indivíduo a curto, médio e longo prazo, o tipo de consumo que esse sujeito prefere e pretende, um correto diagnóstico da situação financeira atual e buscada, identificação das fontes de renda e as

principais despesas mensais, as características familiares e a estrutura dos membros da família, os tipos de investimento pretendidos e formas de aumentar a rentabilidade e cortar os gastos para o futuro, como também garantias e reservas financeiras (BRAIDO, 2014).

Compreender todos esses fatores e aferir sobre sua relevância dentro de uma adequada e efetiva estratégia de educação financeira e administração dos recursos familiares permite uma melhora significativa, não apenas da saúde financeira, mas também da saúde mental e do bem-estar de todos os membros da família, o que colabora para a conquista de uma vida financeira estável e realizadora, capaz de levar toda a família ao alcance dos seus objetivos e realização dos seus projetos de vida (BRAIDO, 2014).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sistema financeiro está presente em praticamente todas as áreas da vida e tem ganhado espaço na mídia, mas nem sempre é acompanhado por uma educação capaz de instruir sobre as melhores formas de gestão financeira. Isso tem tornado as pessoas cada vez mais despreparadas para a utilização do dinheiro e mais incapacitadas para gerir adequadamente a economia familiar.

Neste trabalho, foi mostrado que, pelo menos desde 2010, os índices de endividamento familiar são altíssimos no Brasil. Em 2010, 3 em cada 4 pessoas relataram dificuldades para ter dinheiro sobrando no final do mês e, em 2016 o número de inadimplentes chegou a quase 60 milhões de brasileiros, o que foi apenas potencializado quando, em 2019, o Brasil passou a contar com quase 13 milhões de desempregados, o que elevou o índice de endividamento das famílias brasileiras para 66,5%, maior resultado histórico desde 2010. Em 2021, 69,7% das famílias brasileiras relataram estar endividadas, e 26,7%, inadimplentes. O cartão de crédito, desde 2010 é a maior causa de endividamento familiar, sendo, em 2021, responsável por 81,8% do total de famílias endividadas.

Este trabalho surge com o intuito de responder uma demanda relacionada à falta de noção das famílias sobre as principais causas de endividamento e os motivos que as levam à inadimplência, tais como a falta de organização doméstica e a inabilidade com as finanças, o que poderia ser sanado com intervenções que buscassem instituir a educação financeira como alternativa de intervenção nesses contextos, partindo de uma proposta acadêmica direcionada à sociedade. Nesse sentido, a educação financeira levaria até as famílias um conjunto de conhecimentos sobre como se relacionar com o dinheiro, se comportar frente ao consumo, adquirir noções básicas sobre economia e administração financeira, e como economizar, criar reservas de emergência e investir.

O objetivo foi descrever a relevância da inserção de educação financeira familiar de qualidade, apontando seus benefícios para a qualidade de vida, as principais causas e tipos de endividamento, e salientando os benefícios do controle e planejamento financeiro, por meio da educação financeira.

Para isso, foi adotado um método qualitativo de revisão bibliográfica da literatura, para coletar dados e análises capazes de integrar uma síntese do que foi publicado nos últimos dez anos sobre educação financeira e as áreas tocadas por ela.

Os dados coletados e as publicações que integraram as análises envolvendo o período foram expostos ao longo dos três últimos capítulos do trabalho. A revisão bibliográfica apresentou as bases conceituais e elementos históricos que basearam o trabalho, principalmente as teorias que falam sobre tomadas de decisão, aspecto central por trás do endividamento e, conseqüentemente, da educação financeira. Foram expostas, com base na literatura, as principais variáveis relacionadas às tomadas de decisões, consumo, endividamento etc. Observa-se que o consumo compulsivo e o descontrole econômico-emocional das famílias estão relacionados à falta de educação financeira e que intervenções precoces em educação financeira são capazes de melhorar as habilidades de administração familiar na idade adulta. O capítulo foi concluído com uma abordagem teórico-histórica sobre a educação financeira e suas abordagens mais atuais, o que também demonstrou uma ausência de materiais tratando centralmente sobre o tema nos últimos anos.

O terceiro capítulo apresentou dados referentes aos principais fatores de endividamento nos últimos anos (com destaque para o cartão de crédito, a principal delas), sem deixar de abordar fatores essenciais, nesse sentido, tais como a inadimplência, o sobreendividamento, as relações entre crédito e endividamento, a insistente prática do brasileiro em colocar suas finanças na poupança, que muitas vezes ocasiona perdas financeiras, em vez de ganhos. O consumo emerge como condição diretamente relacionada a influências midiáticas e sociais, e a liberação excessiva de crédito, mesmo para famílias que não terão condições de arcar com suas responsabilidades financeiras no futuro.

No quarto capítulo foram apresentados dados mais atuais sobre o descompasso existente entre consumo e renda, além de alguns aspectos disfuncionais envolvidos no consumo e as ineficiências das estratégias de tomada de decisão e de administração das finanças pessoais e familiares. Em seguida, a educação financeira foi apresentada enquanto proposta de intervenção para a melhora das economias domésticas e da administração familiar.

A correta aplicação da educação financeira, pelo menos no que diz respeito à proposta deste trabalho, obedece a alguns critérios, estipulados nas observações, estudos e análises dos autores e trabalhos abrangidos por esta pesquisa, sendo eles os seguintes: 1) planejamento financeiro associado a metas e objetivos familiares e pessoais, considerando receitas, gastos e investimentos; 2) conhecimento sobre conceitos básicos de finanças e economia, como juros, crédito, inflação, poupança, investimentos, aposentadoria etc.; 3) conscientização sobre o consumo e autoconhecimento sobre as principais modalidades de

endividamento familiar; 4) maior inteligência emocional e tomada de decisões mais assertivas e mais prudentes; 5) alteração dos hábitos de consumo, readequando-os de acordo com as necessidades, prioridades e renda; 6) incentivar os cidadãos a buscarem oportunidades de ganhos extras; 7) direcionar parte da renda familiar para o futuro, de modo a diminuir riscos em períodos de crise ou adquirir uma reserva financeira para emergências.

Os resultados do presente trabalho demonstraram como a educação financeira impacta as muitas áreas da vida individual e familiar. Aspectos culturais, idade, experiências pessoais e a variação da percepção individual dos riscos entre diferentes indivíduos são fatores que contribuem nas escolhas frente ao dinheiro e às finanças.

Também foi possível verificar que grande parte das pessoas ainda desconhece as ferramentas básicas de auxílio da administração financeira e de economia doméstica. Diante disso, percebe-se como é fundamental que os cidadãos tenham acesso a uma boa educação financeira, conhecendo o perigo real advindo de uma má gestão financeira, e que estabeleçam o controle de suas finanças pessoais, adquirindo consciência do quanto gastam, como gastam e os fatores que os motivam a gastar.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL – SITE - <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-01/numero-de-brasileiros-com-dividas-cresce-no-fim-de-2020>, 2020. Acesso em outubro de 2021.

ATEM, G. Persuadere: uma história social da propaganda. **Publicidade e Propaganda**, v. 200, 2009.

BACELLAR, F. R. **Um estudo sobre a alfabetização financeira dos discentes do Curso de Bacharelado em Administração do Instituto Federal da Bahia – IFBA**. 44 f. Monografia - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, Salvador, 2016.

BACEN – BANCO CENTRAL DO BRASIL. 2017. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/pre/bcuniversidade/introducaoPEF.asp>>. Acesso em agosto de 2021.

_____. **Caderno de Educação Financeira**. – Gestão de Finanças Pessoais. BCB. Brasília: Cidadania Financeira, 2013. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/caderno_cidadania_financeira.pdf>. Acesso em agosto de 2021.

_____. **Fatores acumulados**. 2011. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/htms/selic/selicacumul.asp>>. Acesso em agosto de 2021.

_____. Brasil: implementando a estratégia nacional de educação financeira. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/Estrategia_Nacional_Educacao_Financeira_ENEF.pdf>.

_____. Pagamentos de varejo e canais de atendimento: dados estatísticos 2013. Nota técnica, 2014. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/htms/spb/InstrumentosdePagamento-Nota2013.pdf>>

_____. **Relatório de Estabilidade Financeira**. Brasília, v. 10, n. 2, p. 1-60, 2011.

BESSA, L. M.; RONCHI, J. P. Educação financeira como instrumento de integração em uma instituição de ensino profissionalizante. **Gerais, Rev. Interinst. Psicol.**, v. 10, n. 1, p. 49-58, 2017.

BOMILCAR, I. de A. O equilíbrio através da educação financeira. Tese (Doutorado) Universidade Candido Mendes, 2010.

BORTOLUZZI, D.A.; BOLIGON, J. A. R.; HOLLVEG, S. D. S.; MEDEIROS, F. S. B. Aspectos do endividamento das famílias brasileiras no período de 2011-2014. **PERSPECTIVA**, v. 39, n. 146, p. 111-123, 2015.

BRAIDO, G. M. Planejamento financeiro pessoal dos alunos de cursos da área de gestão: estudo em uma instituição de ensino superior do rio grande do sul. **Estudo & Debate**, v. 21, n. 1, p. 37-58, 2014.

BRASIL. Lei nº 8.078, de 11 set 90. **Código de Defesa do Consumidor**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18078.htm. Acesso em outubro de 2021.

BRITO, B. G.; BORGES, J. do N.; SANTOS, M. L. L. N. Relação Entre o Superendividamento e a Oferta Agressiva de Crédito. **Revista Âmbito Jurídico**, n. 197, 2020.

BRITTO, B. S. M.; OLIVEIRA-CASTRO, J. M.; HOLANDA, A. O.; SANTOS, T. L. D. Comportamento do Consumidor: Comparação entre Valor Relatado e Valor Gasto com Cartão de Crédito. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 21, n. 3, p. 402-419, 2018.

BUAES, C. S. Educação financeira com idosos em um contexto popular. **Educação & Realidade**, 40(1), 105-127, 2015.

CÂMARA, P. B. Economia comportamental: a racionalidade dos agentes e implicações para a análise da propaganda e das decisões dos consumidores. Monografia (Graduação), Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.

CANCLINI, N. G. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. (4a ed.). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

CERBASI, G. **Dinheiro: os segredos de quem têm**. São Paulo. Editora Gente, 2003.

CERQUEIRA, M. dos S. **A educação financeira como mecanismo de redução do endividamento das famílias brasileiras: um estudo exploratório**. 2018. 48f. Trabalho de conclusão de curso em Administração, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia. Salvador. 2018.

CNC. Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic) - outubro 2014. Disponível em: <http://www.cnc.org.br/sites/default/files/arquivos/release_peic_outubro_2014.pdf>.

_____. **Perfil de Endividamento das Famílias brasileiras em 2017**. Disponível em: <<http://cnc.org.br/central-do-conhecimento/pesquisas/economia/perfil-do-endividamento-das-familias-brasileiras-em-2017>>. Acesso em agosto de 2021.

_____. **Pesquisa de Endividamento e inadimplência do consumidor (peic) agosto 2018**. Disponível em: <<http://cnc.org.br/central-do-conhecimento/pesquisas/economia/pesquisa-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumidor-7>>. Acesso em agosto de 2021.

CNDL. **Brasileiro economiza pouco e quando economiza é para gastar ainda mais, diz pesquisa SPC Brasil**. 2018. Disponível em: <https://www.spcbrasil.org.br/uploads/st_imprensa/release_pesquisa_ed_financeira_investimentos_v2.pdf>. Acesso em agosto de 2021.

_____. **CNC: percentual de famílias endividadas aumenta em fevereiro após quatro quedas consecutivas**. 2018. Disponível em: <<http://cnc.org.br/imprensa/economia/cnc->

percentual-de-familias-endividadadas-aumenta-em-fev.ereiro-apos-quatro-quedas-on>. Acesso em agosto de 2021.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO. Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic) - maio 2018. Disponível em: http://cnc.org.br/sites/default/files/arquivos/analise_peic_mai_2018.pdf.

_____. Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor. Disponível em <http://www.cnc.org.br/central-doconhecimento/pesquisas/pesquisa-nacional-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumido-23>.

CONTRERAS V. L.; DE LA FUENTE T. C.; FUENTEALBA C. J.; GARCÍA C. A.; SOTO G. M. **Psicología del Endeudamiento: Una Investigación Teórica**. Universidad De La Frontera. Disponível em: <http://www.inpsicon.com/estudios.../Contreras_Esp_10052007.pdf>

COSTA, F. N. da. Bancos e crédito no Brasil: 1945-2007. **História e Economia, Revista Interdisciplinar**, v. 4, n. 2, 2008.

CUNHA, M. P. O mercado financeiro chega à sala de aula: educação financeira como política pública no brasil. **Educação & Sociedade**, v. 41, 2020.

DUTRA, P. A. **Racionalidade econômica, educação financeira e consumo consciente**. 2018. 46f. Monografia de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2018.

EU QUERO INVESTIR - SITE - <https://www.euqueroinvestir.com/poupanca-investimento-rentabilidade-negativa/SITE>, 2021.

FAJAN., F. D.; SILVA, J. T. L.; SOUZA, D. A. **Análise do endividamento e dos fatores que influenciam o comportamento de alunos universitários**. 2015. Disponível em: <<https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos15/13722130.pdf>>. Acesso em agosto de 2021.

FARIA, G., de.; LUCCA, M. de.; ABDO, N. D. V. Dever de mitigar o Prejuízo e o Superendividamento Bancário: Leme, São Paulo, JH Mizuno, 2020.

FERNANDES, R. A. S.; PARAISO, S. C. S. O crescimento do índice de endividamento das famílias brasileiras. **Revista Eletrônica Cosmopolita em Ação**, n. 4, v. 1, p. 12-26, 2017.

FERREIRA, J. V. et al. **O endividamento das famílias brasileiras e a necessidade do planejamento financeiro**: análise a partir da proposta de um programa de controle orçamentário, 2017. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/71840659-Lista-dos-trabalhos-aprovados.html>>. Acesso em agosto de 2021.

FERREIRA, V. R. de M. **Psicologia econômica. Estudo do comportamento econômico e da tomada de decisão**. Elsevier, 2008.

FIGUEIRA, R. F.; PEREIRA, R. C. F. (2014). Devo, Não Nego, Pago Quando Puder: uma Análise dos Antecedentes do Endividamento do Consumidor. **Revista Brasileira de Marketing – ReMark**, v. 13, n. 5, p. 124-138.

FILOMENO, J. G. B. **Manual de direitos do consumidor**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

FONSECA, E. M. C. da F.. **O problema do superendividamento: causas e possíveis soluções**. Monografia (Pós-Graduação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.

G1 – **Portal de notícias**: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/09/03/endividamento-das-familias-bate-recorde-em-agosto-e-inadimplencia-e-a-maior-em-10-anos-aponta-cnc.ghtml>, 2021. Acesso em agosto de 2021.

GARCIA-MARQUES, L.; FERREIRA, M. A. B. Daniel Kahneman: A economia mental e o Nobel da economia. **Psicologia**, v. 17, n. 2, p. 475-483, 2003.

GOMES, M. S. A. **O crédito malparado e o sobreendividamento das famílias na região autónoma da Madeira**. 93 f. 2011. Dissertação (Mestrado em Contabilidade e Gestão das Instituições Financeiras) – Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, Lisboa, 2011.

GRAVAS, D.; BRANDÃO, R. Número de endividados cresce e Brasil tem hoje ‘uma Itália’ de inadimplentes. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-tem-uma-italia-deinadimplentes,70002464063>. Acesso em setembro de 2021.

GUIMARÃES, A. Q.; ALMEIDA, M. E. Os jovens e o mercado de trabalho: evolução e desafios da política de emprego no Brasil. **Temas De Administração Pública**, v. 8, n. 2, 2013.

HENNIGEN, I. Superendividamento dos consumidores: uma abordagem a partir da Psicologia Social. **Revista Mal-estar e Subjetividade**, v. x, n. 4, p. 1173-1201, 2010.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa de Orçamentos Familiares. 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/2008_2009/POFpublicacao.pdf>. Acesso em outubro de 2021.

JAMETT, A. C. D.; SCHWEIZER, L. T. Mudanças no comportamento do consumidor nos cenários pós COVID-19: o consumidor brasileiro em 2025. **Rev. Psicol., Organ. Trab.**, v. 21, n. 1, p. 1318-1326, 2021.

JORNAL EXTRA. **Pesquisas mostram perfil dos endividados brasileiros, que não estão conseguindo quitar seus débitos**. Disponível em: <<http://extra.globo.com/noticias/economia/pesquisas-mostram-perfil-dos-endividados-brasileiros-que-nao-estao-conseguindo-quitar-seus-debitos-13502421.html>>. Acesso em agosto de 2021.

KAHNEMAN, D.; TVERSKY, A. The framing of decisions and the psychology of choice. *Science*, v. 211, n. 4481, p. 453-458, 1981.

KOTLER, P.; KELLER, K. L. **Administração de Marketing**. 14. ed. São Paulo, 2012.

LEÃO, A. B. L. **Comportamento de compra dos consumidores de aparelhos celulares: um estudo sobre a percepção dos estudantes de Administração e Ciência da Computação de uma instituição de Ensino Superior na cidade de Formiga- MG**. Monografia (Graduação em Administração), 47 f., Centro Universitário de Formiga, MG, 2015.

LOPES, G. de O. **Endividamento das famílias brasileiras no sistema financeiro nacional: o impacto de indicadores macroeconômicos**. 64 f. 2012. Dissertação (Mestrado em Economia do Setor Público) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

LUCCI, C. R. A influência da educação financeira nas decisões de consumo e investimento dos indivíduos. In: **IX SEMEAD**, 2006. Disponível em: <http://sistema.semead.com.br/9semead/resultado_semead/trabalhosPDF/266.pdf>. Acesso em agosto de 2021.

LUCKE, V. A. C.; FILIPIN, R.; BRIZOLLA, M. M. B.; VIEIRA, E. P. Comportamento financeiro pessoal: um comparativo entre jovens e adultos de uma cidade da região noroeste do estado do RS. In: **Anais dos Seminários em Administração**, São Paulo, SP, Brasil, 17, 2014.

LUSARDI, A.; TUFANO, P. Teach workers about the perils of debt. **Harvard Business Review**, p. 20, 2009.

LUSARDI, A.; MITCHELL, O. S. Financial literacy and retirement preparedness: evidence and implications for financial education. **Business Economics**, v. 42, n. 1, p. 35-44, 2007.

MACÊDO, S. M. de. **A importância da educação financeira nas escolas na perspectiva do consumo infantil**. Monografia (Graduação), Ciências Econômicas, Universidade Federal Rural de Pernambuco, 59f. 2016.

MARQUES, M. L. M; FRADE, C. **Regular o sobreendividamento**. Coimbra, 2003. Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, 2003.

MARTINS, J. P. **Educação financeira ao alcance de todos**. São Paulo: Fundamento Educacional, 2004.

MENDES, J. de S. **Educação financeira para uma melhor qualidade de vida**. 2015. 39f. Trabalho de Conclusão de Curso em Matemática Financeira Aplicada aos Negócios da Universidade do Sul de Santa Catarina. Tubarão. 2015.

MONITOR MERCANTIL – SITE - <https://monitormercantil.com.br/cartao-de-credito-e-maior-vilao-do-endividamento-dos-brasileiros/> Acesso em outubro de 2021.

SILVA, M. M. de A. e. A Evolução do Crédito no Brasil entre 2003 e 2010. **Texto para Discussão**, n. 2022, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, 2014.

MOSCA, A. **Finanças comportamentais: gerencie suas emoções e alcance sucesso nos investimentos**. Elsevier, 2009.

NISYAMA, E. K.; NAKAMURA, W. T. Pesquisas internacionais recentes em estrutura de capital. **Revista de Administração de Roraima**, v. 5, n. 1, p. 105, 2015.

OECD. **OECD's Financial Education Project**, 2004. Disponível em: <www.oecd.org/>. Acesso em outubro de 2021.

_____. **Recommendation on principles and good practices for financial education and awareness**, 2005. Disponível em: <www.oecd.org/>. Acesso em outubro de 2021.

_____. **Annex A. INFE Guidelines for Financial Education in Schools**. In: OCDE. *Financial Education for Youth: the role of schools*. p. 165-180, 2012.

_____. Organisation for economic co-operation and development. *OECD Project on Financial Education*. 2009.

_____. **Recommendation on principles and good practices for financial education and awareness**. Recommendation of the Council, 2005. Recuperado em agosto de 2021, de <http://www.oecd.org/finance/financial-education/35108560.pdf>

_____. **National strategies for financial education: OECD/INFE Policy Handbook**, 2015. Recuperado em outubro de 2021. <http://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/National-Strategies-Financial-Education-Policy-Handbook.pdf>

PEIC/CNC. **O perfil do endividamento das famílias brasileiras**. Disponível em: <http://www.cnc.org.br/sites/default/files/arquivos/perfil_de_endividamento_das_familias_br_asileiras_em_2014_.pdf>. Acesso em agosto de 2021.

PEREIRA, R. **O que podemos aprender com o insucesso financeiro**. 2010. Disponível em: <<http://dinheirama.com/blog/2011/04/11/o-que-podemos-aprender-com-o-insucesso-financeiro/>>. Acesso em agosto de 2021.

PINTO, M. de R., e LARA, J. E. As experiências de consumo na perspectiva da teoria da cultura do consumo: identificando possíveis interlocuções e propondo uma agenda de pesquisa. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 9, n. 1, pp. 37-56, 2011.

PLAGNOL, A. C. Financial satisfaction over the life course: the influence of assets and liabilities. **Journal of Economic Psychology**, v. 32, n. 1, p. 45-64, 2011.

PÓVOA, A. **Mundo financeiro: o olhar de um gestor**. São Paulo: Saraiva, 2010.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. Universidade FEEVALE, 2013.

RANGEL, A. de S.; DONADIO, R.; CAMPANARIO, M. de A. O papel do da alfabetização financeira e do cartão de crédito no endividamento dos consumidores brasileiros. **REMark - Revista Brasileira de Marketing**, São Paulo, v. 11, n. 1, p.75-93, 2012.

REVISTA EXAME. **Brasil é o 74º em ranking global de educação financeira**. 2015. Disponível em: <<http://exame.abr.il.com.br/seu-dinheiro/brasil-e-o-74o-em-ranking-global-de-educacao-financeira/>>. Acesso em agosto de 2021.

RIBEIRO, R. F.; LARA, R. O endividamento da classe trabalhadora no Brasil e o capitalismo manipulatório. **Serv. Soc. Soc.**, v. 126, n. 340-359, 2016.

RIMA, I. H. **História do pensamento econômico**. Tradução de Auriphebo Berrance Simões. São Paulo: Atlas, 1977.

ROSS, S. A.; WESTERFIELD, R. W.; JORDAN, B. D. **Princípios de administração financeira**. Tradução: Andrea Maria Accioly Fonseca Minardi. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

ROSSATO, V. P.; MACHADO PINTO, N. G. Comportamento financeiro do estudante: avaliação da propensão ao endividamento. **ForScience**, v. 7, n. 2, 2020.

RUBERTO, I. Von G. et al. A Influência dos Fatores Macroeconômicos sobre o Endividamento das Famílias Brasileiras no período 2005-2012. **Revista Estudos do CEPE**, n. 37, p. 58-77, 2013.

SAITO, A. T. **Uma contribuição ao desenvolvimento da educação em finanças pessoais no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Administração), Universidade de São Paulo, 2007.

SAITO, A. T.; SANTANA, F. A.; SAVOIA, J. R. F. **Paradigmas da Educação Financeira no Brasil**. 2007. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/2410/241016440006/>>. Acesso em agosto de 2021.

SALEH, A. M.; SALEH, P. B. de O. O elemento financeiro e a Educação para o Consumo Responsável. **Educação em Revista**, v. 29, n. 4, p. 189-214, 2013.

SANTOS, A. C.; SILVA, M. Importância do planejamento financeiro no processo de controle do endividamento familiar: um estudo de caso nas regiões metropolitanas da Bahia e Sergipe. **Revista Formadores: Vivências e Estudos**, v. 7, n. 1, p. 05-17, 2014.

SANTOS, J. O. dos. **Finanças pessoais para todas as idades: um guia prático**. São Paulo: atlas, 2014.

SAVOIA, J. R. F.; SAITO, A. T.; SANTANA, F. de A. Paradigmas da educação financeira no Brasil. **Revista de Administração Pública**. v. 41, n. 6, p. 1121-1141, 2007.

SERASA EXPERIAN. **Bate recorde o número de inadimplentes, revela levantamento inédito da Serasa Experian**, 2014. Disponível em: <<http://noticias.serasaexperian.com.br/bate-recorde-o-numero-de-inadimplentes-revela-levantamento-inedito-da-serasa-experian/>>. Acesso em setembro de 2021.

_____. **Brasileiro economiza pouco e quando economiza e para gastar ainda mais.** 2017. Disponível em: <<https://www.spcbrasil.org.br/imprensa/pesquisas/353-brasileiroeconomizapoucoequandoeconomizaeparagastaraindamaisdizpesquisaspcbrasil>>. Acesso em agosto de 2021.

_____. **Inadimplência atinge 60 milhões de brasileiros e bate recorde; 80% dos devedores ganham até dois salários mínimos.** 2016. Disponível em: <<http://noticias.serasaexperian.com.br/inadimplencia-atinge-60-milhoes-de-brasileiros-e-bate-recorde-80-dos-devedores-ganham-ate-dois-salarios-minimos/br>>. Acesso em agosto de 2021.

_____. **Inadimplência do consumidor sobe 2,4% em maio, revela Serasa Experian.** 2014. Disponível em: <<http://noticias.serasaexperian.com.br/inadimplencia-do-consumidor-sobe-24-emmaio-revela-serasa-experian/>>. Acesso em outubro de 2021.

SILVA, C. L. **Educação financeira e o comportamento do consumidor: um estudo com jovens de Ituiutaba/MG.** 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/23578/3/EducacaoFinanceiraComportamento.pdf>>. Acesso em agosto de 2021.

SLATER, D. **Cultura do Consumo e Modernidade.** São Paulo: Nobel, 2002

SLOMP, J. Z. F. Endividamento e consumo. **Revista Relações de Consumo**, n. 108, p. 109-131, 2008.

SOLOMON, M. R. **O comportamento do consumidor: comprando, possuindo e sendo.** 9. ed. Porto Alegre: Bookman, 2008.

SOUZA, A. P. de. **Expansão de crédito e o endividamento das famílias brasileiras.** Monografia (Graduação). Gestão Pública, Universidade Federal de Minas Gerais, 2019.

SPC BRASIL. **80% dos brasileiros preferem o cartão na hora de parcelar, mas só um terço conhece os juros cobrados.** 2014a. Disponível em: <www.spcbrasil.org.br/imprensa/41180dosbrasileirospreferemcartaonahoradeparcelarmassoumtercoconheceosjuroscobrados>. Acesso em setembro de 2021.

SPC BRASIL. **Crédito cada vez mais restrito faz inadimplência desacelerar para 1,81% em fevereiro, diz SPC Brasil,** 2015. Disponível em: <https://www.spcbrasil.org.br/imprensa/indices/112creditocadavezmaisrestritofazinadimplenciaadesacelerarpara181emfevereirodizspcbrasil> Acesso em setembro de 2021.

SPC BRASIL. **Pesquisa sobre o Perfil e Hábitos de Consumidores Adimplentes e Inadimplentes no Brasil.** 2018. Disponível: <https://www.spcbrasil.org.br/uploads/st_imprensa/spc_brasil_analise_perfil_2013.pdf>. Acesso em agosto de 2021.